



Terça-feira, 11 de maio de 2021 às 18:57, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

Nº 3036096: DECRETO PMI Nº 080, DE 11 DE MAIO DE  
2021

ENTIDADE

Prefeitura Municipal de Imbituba

MUNICÍPIO

Imbituba



<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/?q=id:3036096>

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC  
<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>



**DECRETO PMI Nº 080, DE 11 DE MAIO DE 2021.**

Altera a composição do Grupo de Trabalho para efetuar levantamento, diagnóstico físico-territorial, identificação e classificação de núcleos informais implantados, para efeito de ações de regularização fundiária urbana no Município de Imbituba, e dá outras providências.

O **PREFEITO DE IMBITUBA**, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 93, inciso VII e Art. 94 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações posteriores, e

**CONSIDERANDO** que, nos termos do artigo 30 da Constituição Federal de 1988, é atribuição legal dos Municípios promover ordenamento territorial do parcelamento e da ocupação do solo urbano, mediante planejamento e controle do uso;

**CONSIDERANDO** a necessidade de efetuar diagnóstico físico-territorial para análise das prioridades e critérios de regularização fundiária urbanística em núcleos consolidados;

**CONSIDERANDO** a responsabilidade do Município na proposição de medidas de intervenção urbanística, social e ambiental, promovidas como obrigação de fazer ao infrator ou beneficiários;

**CONSIDERANDO** a necessidade de estabelecer critérios que resguardec o mínimo interesse público para emissão de Certidões de Regularização Fundiária nos termos do artigo 41 da Lei Federal n. 13.465, de 2017;

**CONSIDERANDO** o somatório de esforços dos órgãos públicos para o resguardo da ordem urbanística;

**CONSIDERANDO** a mudança de alguns trabalhadores no âmbito das Secretarias Municipais;

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica reconstituído o Grupo de Trabalho (GT), com as seguintes finalidades:

I - Conforme interesse público declarado pelo Poder Executivo Municipal, manifestar a necessidade de execução de diagnóstico físico-territorial, e classificação de núcleos urbanos informais implantados, para efeito de Regularização Fundiária na modalidade REURB-S;

II - Definir critérios e medidas de intervenção para viabilizar a regularização fundiária de iniciativa pública ou privada; e,

III - Propor a regulamentação do procedimento, inclusive do fluxo de trabalho, e realizar a análise e aprovação de projetos de regularização fundiária.

**Art. 2º** O Grupo de Trabalho a que se refere o artigo 1º do presente Decreto será composto pelos seguintes servidores:

I - Simone de Azevedo – Arquiteta e Urbanista da Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento Urbano (SEGPLAN);



II - Rosinete Delfino Laurindo – Assistente Social e Gerente de Planejamento e Gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação (SEASH);

III - Valéria Maciel Costa Carvalho – Assistente Social e Coordenadora de Habitação da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação (SEASH);

IV- Débora Rodrigues da Silva – Engenheira Agrônoma da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA);

V - Carlos Renato dos Santos – Advogado da Procuradoria Geral do Município (PGM);

VI – Elísio Sgrott – Secretário Municipal de Gestão e Planejamento Urbano (SEGPLAN);

VII – Isabella de Mello Rocha – Assessora Jurídica Especial da Secretaria de Gestão e Planejamento Urbano (SEGPLAN).

Parágrafo Único. Caso alguns dos membros acima indicados precisem se afastar por período superior a 30 (trinta) dias, a substituição dos mesmos será realizada por meio de Portaria.

**Art. 3º** A coordenação e organização do Grupo de Trabalho será exercida pelo(a) Assessor(a) Jurídico(a) Especial da Secretaria de Gestão e Planejamento Urbano, podendo ele ou ela requerer informações e documentos diretamente aos órgãos da Administração direta, indireta ou delegar atribuições aos seus membros, inclusive subdividindo o Grupo de Trabalho conforme pertinência.

**Art. 4º** Fica a Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento Urbano responsável por fornecer o suporte administrativo necessário para o desenvolvimento das ações do Grupo de Trabalho.

**Art. 5º** A prestação de serviço no Grupo de Trabalho instituído por este Decreto será de caráter prioritário, de relevante interesse público e não remunerado.

**Art. 6º** As reuniões ordinárias do Grupo de Trabalho de que trata o presente Decreto serão salvo justificativa, realizadas quinzenalmente, mediante registro de ata.

**Art. 7º** O Coordenador do Grupo de Trabalho deverá, mediante solicitação, enviar relatórios acerca das ações realizadas, ao Prefeito Municipal.

**Art. 8º** Fica revogado o decreto PMI nº 196, de 31 de agosto de 2020.

**Art. 9º** Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Imbituba, 11 de maio de 2021.

**Rosenvaldo da Silva Júnior**  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

**Luciano Alves Zanini**  
Administrador